

Panorama Político

CPI superfaturada

Orçamento

A sobrevivência da CPI do Orçamento deve-se, em grande parte, à capacidade do senador Jarbas Passarinho, do deputado Roberto Magalhães e de um punhado de aliados para conter a investigação dentro dos limites propostos. Tarefa cada vez mais difícil na medida em que a comissão se transforma em única arena da luta partidária e do debate ideológico no país. Um caso típico de superfaturamento político.

— A CPI é a vitrine política do Brasil. O Governo e o Congresso não produzem fatos que possam superá-la — diz o líder do Governo, Pedro Simon.

— Pelo menos duas disputas partidárias buscam se colocar indevidamente na CPI, mas vamos superar esses obstáculos — anota o relator Roberto Magalhães, numa referência aos adversários do ex-presidente José Sarney e do

governador de Brasília, Joaquim Roriz.

— Tentar jogar todos os problemas do Brasil e todos os interesses partidários dentro da CPI é uma maneira de sufocá-la. Isso só dificulta as punições e só interessa às lideranças podres, sem chances numa instituição limpa — avverte o deputado José Genoino (PT-SP).

— A sucessão presidencial, a disputa ideológica e até questões pessoais estão sendo discutidas aqui. Isso pode inviabilizar a CPI, que não é o campo adequado para tantas questões — concorda Zaire Rezende (PMDB-MG), da subcomissão de emendas.

A corrente que deseja conter a CPI em seus limites está coberta de razão. O que se discute, entre eles, é como dar seqüência a esta conduta sem deixar passar a impressão de que culpas estariam sendo encobertas.